

Conselho da Justiça Federal

Secretaria de Desenvolvimento Institucional

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO PJe da JUSTIÇA FEDERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. Introdução

O Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe é um software desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir da experiência e com a colaboração de diversos tribunais brasileiros.

O objetivo principal é elaborar e manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial.

Além desse objetivo, o CNJ pretende fazer convergir os esforços dos tribunais brasileiros para a adoção de uma solução única, gratuita para os próprios tribunais, e atenta para requisitos importantes de segurança e de interoperabilidade, racionalizando gastos com elaboração e aquisição de softwares e permitindo o emprego desses valores financeiros e de pessoal em atividades mais dirigidas à finalidade do Judiciário: resolver os conflitos.

O projeto Pje foi originado com o projeto e-Jud desenvolvido no âmbito da Justiça Federal junto com os cinco tribunais regionais federais e com o Conselho da Justiça Federal (CJF). Naquele momento inicial, foram reunidas as experiências dos tribunais federais, para, em 2009, ser iniciado pelo CNJ como projeto nacional de processo judicial eletrônico.

O CNJ e os demais tribunais visitaram o TRF5 para conhecerem o sistema já em funcionamento naquela região e concluíram ser ele o projeto que atenderia às restrições mais críticas com grande potencial de sucesso, atentando especialmente para a necessidade de uso de software aberto, para a conveniência de o conhecimento ficar dentro do Judiciário e para o fato de se observar as demandas dos tribunais.

O sistema foi instalado inicialmente em abril em 2010 na Seção Judiciária de Natal/RN, pertencente ao TRF5, sendo aperfeiçoado desde então. Em seguida, foi instalado em outras seções judiciárias daquele tribunal.

Ao assumir o projeto do sistema, o CNJ firmou Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal Regional Federal da 5ª Região para o desenvolvimento de novas funcionalidades e repassou recursos orçamentários àquele tribunal para consecução dos objetivos colimados no acordo.

Desde então, ampliaram-se os esforços para melhoria e incremento do sistema de modo a atender ao conjunto de órgãos do Poder Judiciário, com a adesão de diversos

órgãos, tais como a Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Justiça dos Estados.

No âmbito da Justiça Federal, apesar de iniciativas isoladas de implantação nos TRFs da 2ª e 3ª regiões, bem como contando com as assinaturas dos diversos acordos de cooperação técnica, com exceção da 5ª Região, que já possuía o sistema funcionando, somente com a edição da Resolução CF-RES-2012/00202, do Conselho da Justiça Federal, foi possível iniciar a execução de medidas concretas para instalação na Justiça Federal.

Assim, apresentamos a seguir informações gerais acerca do projeto de implantação do Sistema PJe na Justiça Federal, acompanhado de cópia do Plano do Projeto, contendo, inclusive, o cronograma das atividades.

2. Atos e Normas

- 2.1.** Assinatura do Acordo de Cooperação n. 73/2009, entre o CNJ, o CJF e os Tribunais Regionais Federais, em 15/09/2009. O objeto do acordo é a conjugação de esforços para desenvolvimento de sistema de processo judicial eletrônico a ser utilizado em todos os procedimentos judiciais, tendo como base o projeto de expansão do Sistema Creta, do TRF da 5ª Região.
- 2.2.** Assinatura do Acordo de Cooperação n. 05/2011, entre o CNJ e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em 01/09/2011. O objeto do acordo é a conjugação de esforços entre os partícipes para ampliação e aprimoramento do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe a ser utilizado em todos os procedimentos judiciais, na forma ajustada no Acordo de Cooperação Técnica n.73/2009 e de acordo com Plano de Trabalho integrante do termo.
- 2.3.** Assinatura de Acordo de Cooperação entre o CJF e o CNJ nos moldes firmados entre CNJ e CSJT, em 29/08/2012. O objeto do acordo é a conjugação de esforços para aperfeiçoamento e evolução do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJE, a ser utilizado em todos os procedimentos judiciais na Justiça Federal.
- 2.4.** Publicação da Resolução CF-RES-2012/0202, em 06/09/2012. Em sessão realizada no dia 24/09/2012, o Conselho da Justiça Federal referendou a resolução que dispõe sobre a implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe e determina que a prática dos atos processuais no âmbito do CJF e da Justiça de Primeiro e Segundo graus será realizada por meio do PJe.
- 2.5.** Publicação da Portaria CF-POR-00427, em 14/12/2012, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, que designa o Comitê Gestor do PJe da Justiça Federal. Em consonância com a Resolução n. 2012/202 o Comitê Gestor, sob a coordenação da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, é responsável pelas ações devidas visando à implantação do Sistema na Justiça Federal.
 - 2.5.1.** O Comitê Gestor do PJe da Justiça Federal é composto por um representante de cada tribunal regional federal, indicado por seus respectivos presidentes, cuja coordenação está sob a responsabilidade do Juiz Federal Paulo Sérgio Domingues da Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

2.6. Participação da Justiça Federal no Comitê Gestor Nacional do PJe junto ao CNJ. O Comitê foi instituído por meio da Portaria/CNJ n. 36, de 15 de março de 2013. Os representantes do seguimento Justiça Federal são:

Juiz Federal Paulo Sérgio Domingues

Juíza Federal Helena Elias Pinto

Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio

2.7. Processos administrativos do Conselho da Justiça Federal

CF-ADM-2012/00416 – Acordo de Cooperação com o CNJ

CF-ADM-2012/00468 – Aprovação da Resolução CJF-RES-2012/00202

CF-ADM-2012/00534 – Implantação do PJe na TNU

CF-ADM-2013/00005 – Acompanhamento do Projeto de Implantação do PJe

3. Pessoas do Projeto PJe da Justiça Federal

3.1. Patrocínio e subordinação: Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal

3.1.1. Comitê Gestor: A composição atual do Comitê Gestor é a seguinte:

Magistrado	Órgão
Juiz Federal Paulo Sérgio Domingues	Corregedoria-Geral da JF
Desembargador Federal Kássio Nunes Marques	TRF1
Juíza Federal Helena Elias Pinto	TRF2
Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio	TRF3
Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli	TRF4
Juiz Federal Vinícius Costa Vidor	TRF5

3.1.2. Secretaria-Executiva do Projeto: Gerência do projeto :

Servidor	Órgão
Misael Guerra Pessoa de Andrade	CJF/SDI
Walter Rodrigues Ferreira	CJF/SDI

3.2. Comissão Técnica de Negócio: Composta pelos Diretores das Secretarias Judiciárias dos TRFs e pelo titular da Secretaria da TNU do CJF.

Servidor	Órgão
Leonardo Santos Carvalho (coordenador)	Corregedoria-Geral-SJRJ
Viviane da Costa Leite Bortolini	CJF/TNU
Rosana Monori	TRF1
Claudia Ribeiro Simões	TRF2
Valdir Claro Jeronymo	TRF3
Regaldo Amaral Milbradt	TRF4
Telma Motta	TRF5

3.2.1. Subcomissão nacional de parametrização de Apoio à Implantação do PJe.

Servidor	Órgão
Leonardo Santos Carvalho (coordenador)	Corregedoria-Geral - SJRJ
Fábio Adriani Cerneviva	TRF1

Neslita da Costa Silva	TRF1
Renato Braga Gadelha	TRF2
Ednaldo da Silva Ferreira	TRF3
Marcela Ferraz Maykot Loureiro	TRF3
Rogério Welter	TRF4
Regaldo Amaral Milbradt	TRF4

3.3. Comissão Técnica de TI: Formada pelo Secretário de Tecnologia da Informação do CJF e pelos titulares das áreas de TI dos TRFs.

Servidor	Órgão
André Ricardo Lapetina Chiaratto	CJF
Marcos Barbosa	TRF1
George Gaio Figueira Rego da Costa	TRF2
Jader Carlos Videira	TRF3
Cristian Ramos Prange	TRF4
Fernanda Montenegro	TRF5

3.3.1. Subcomissão nacional de desenvolvimento.

Servidor	Órgão
Jackson Artaxerxes Matos	CJF
Jones Cardoso de Melo Filho	CJF
Aníbal Alves Martins	TRF1
Bruno Serafim da Costa Paz	TRF1
Baylon José Aguiar Neto	TRF2
Luiz Carlos Lorenzo Peralba	TRF2
Ricardo Antônio Câmara da Silva	TRF3
Vera Lúcia Álvares Loureiro	TRF3
Gleicy Nascimento	TRF5
Karina Gonzaga	TRF5

4. Treinamento

A primeira fase das atividades necessárias para a implantação do PJe na Justiça Federal destina-se a prover os servidores do conhecimento necessário acerca do sistema informatizado e seu funcionamento.

Inicialmente, foi promovido o curso de configuração básica do PJe no Conselho da Justiça Federal, realizado nos períodos de 14 a 18 de janeiro/2013 e 28/01 a 01/02 de 2013.

4.1. Realização dos cursos JAVA pela Subcomissão de Desenvolvimento:

Curso	Data	Número de participantes
FJ-21 Java para Desenvolvimento Web	13 a 17/05/2013	07
FJ-22 Laboratório Java com Testes, JSF, Web Services e Design Patterns	20 a 22/05/2013	06
FJ-25	17 a 21/06/2013	06

Persistência com JPA e Hibernate		
FJ-26 Laboratório Web com JSF e CDI	24 a 28/06/2013	08
FJ-34 Desenvolvimento para Web com Jboss Seam	19 a 21/08/2013	08

4.2. Período de atividades de imersão no CNJ pela Subcomissão de Desenvolvimento:

- 15/04/2013 a 3/05/2013
- 23 e 24/05/2013
- 10 a 14/06/2013
- 01 a 05/07/2013
- 22 e 23/08/2013

4.3. Realização de cursos JAVA por servidores indicados da Justiça Federal:

Curso	Local	Data	Número de participantes
FJ-11	Brasília	01 a 05/07/2013	02
	São Paulo	01 a 05/07/2013	02
	Rio de Janeiro	08 a 12/07/2013	02
FJ-21	Brasília	08 a 12/07/2013	02
	Brasília	13 a 17/07/2013	02
	São Paulo	08 a 12/07/2013	01
	Rio de Janeiro	15 a 19/07/2013	05
FJ-22	Brasília	15 a 17/07/2013	03
	São Paulo	15 a 17/07/2013	01
	Rio de Janeiro	22 a 24/07/2013	05
FJ-25	Brasília	22 a 25/07/2013	02
	São Paulo	26 a 29/08/2013	03
FJ-26	Brasília	29/07 a 02/08/2013	02
	São Paulo	02 a 06/09/2013	03

4.4. Formação das Subcomissões de Parametrização e Apoio à Implantação e de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação:

Curso	Local	Data	Número de participantes
Parametrização do Mandado de Segurança no PJe	São Paulo	05 a 09/05/2014	25
Configuração do Mandado de Segurança no PJe (Reunião preparatória)	Brasília	26 a 30/05/2014	25
Configuração do	Brasília	02 a 06/06/2014	25

Mandado de Segurança no PJe (Reunião preparatória)			
----------------------------------------------------	--	--	--

1. Visitas Técnicas

- 1.1. CNJ e TRT da 10ª Região – 2/5/2013. Participação do Dr. Paulo Sérgio Domingues, coordenador do Comitê Gestor, André Chiaratto, coordenador da Comissão Técnica de Tecnologia da Informação, Misael Pessoa e Silvana Soares, integrantes da Secretaria Executiva do Projeto.
- 1.2. CSJT – 3/05/2013 Participação do Dr. Paulo Sérgio Domingues, coordenador do Comitê Gestor, André Chiaratto, coordenador da Comissão Técnica de Tecnologia da Informação, Misael Pessoa e Silvana Soares, integrantes da Secretaria Executiva do Projeto e dos integrantes da Subcomissão de Desenvolvimento.
- 1.3. TRF 5ª Região – 17/05/2013 – Participação do Dr. Paulo Sérgio Domingues, coordenador do Comitê Gestor, Dr. Paulo Cristóvão, Juiz Auxiliar do CNJ, André Chiaratto, coordenador da Comissão Técnica de Tecnologia da Informação e Misael Pessoa, integrante da Secretaria Executiva do Projeto.
- 1.4. TRF 2ª Região – 20/05/2013 – Participação do Dr. Paulo Sérgio Domingues, coordenador do Comitê Gestor, Dr. Paulo Cristóvão, Juiz Auxiliar do CNJ, André Chiaratto, coordenador da Comissão Técnica de Tecnologia da Informação e Misael Pessoa, integrante da Secretaria Executiva do Projeto.

2. Execução do Projeto PJe JF

2.1. Macrofases do Projeto

- 2.1.1. Subcomissão de Desenvolvimento de TI
 - 2.1.1.1. Treinamento
 - 2.1.1.2. Implantação da funcionalidade de interoperabilidade do sistema
 - 2.1.1.3. Preparação do Sistema nos ambientes de testes e homologação para o 1º e 2º graus da JF centralizado no CJF
 - 2.1.1.4. Implantação na TNU
 - 2.1.1.4.1. Suporte à TNU
 - 2.1.1.5. Implantação na 3ª Região
 - 2.1.1.5.1. Suporte à 3ª Região
 - 2.1.1.6. Implantação na 1ª Região
 - 2.1.1.6.1. Suporte à 1ª Região
- 2.1.2. Subcomissão de Parametrização
 - 2.1.2.1. Treinamento
 - 2.1.2.2. Implantar metodologia de gestão por processos para manter a documentação atualizada do processo e realizar monitoramento (definir gerentes dos processos)

- 2.1.3. Planejamento para implantação do sistema nos demais órgãos da Justiça Federal
- 2.1.4. Definição da estrutura adequada para sustentação do sistema em âmbito nacional (CJF)

2.2. Atividades do projeto executadas e em andamento

2.2.1. Plano do Projeto contendo:

- 2.2.1.1. Escopo
- 2.2.1.2. Organograma do projeto
- 2.2.1.3. Cronograma
- 2.2.1.4. Estrutura Analítica do Projeto
- 2.2.1.5. Fluxo de atendimento às demandas de suporte
- 2.2.1.6. Treinamento em JAVA
- 2.2.1.7. Treinamento das Subcomissões
- 2.2.1.8. Implantar metodologia de gestão por processos

2.2.2. Preparação do Sistema para implantação na TNU

- 2.2.2.1. Planejamento das atividades de implantação e reuniões técnicas com o CNJ e áreas de TI e negócio – (julho/2013 a abril/2014)
- 2.2.2.2. Desenvolvimento das funcionalidades do sistema para atender a TNU – (julho/2013 a março/2014)
- 2.2.2.3. Treinamento dos usuários do sistema – servidores da TNU, magistrados, assessores, procuradores e advogados – (novembro/2013)
- 2.2.2.4. Teste na sessão da TNU de dezembro/2013
- 2.2.2.5. Colocação do Sistema em produção em Junho/2014

2.2.3. Preparação do Sistema para implantação na 3ª Região (Mandado de Segurança)

- 2.2.3.1. Discussão dos fluxogramas para melhoria do processo de trabalho no PJe
- 2.2.3.2. Parametrização e Configuração do Sistema Pje para o Mandado de Segurança
- 2.2.3.3. Realização de testes
- 2.2.3.4. Encaminhamento de Melhorias do sistema
- 2.2.3.5. Implantação da Infraestrutura para funcionamento do sistema
- 2.2.3.6. Organização do suporte
- 2.2.3.7. Treinamento de usuários finais

2.3. Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI

- 2.3.1. Realização de testes para a utilização do MNI a remessa de processos – (agosto/2013 a junho/2014)
- 2.3.2. Preparação da Infraestrutura dos TRFs para implementação do modelo de interoperabilidade – (a partir de outubro/2013)

2.4. Site do Projeto PJe JF

- 2.4.1. Preparação do site para compartilhamento das informações do PJe no portal da Justiça Federal – (abril e maio/2013)

- 2.4.2. Disponibilização do site com o seguinte conteúdo: histórico, Pje no Poder Judiciário, organograma, equipes, fluxo de atendimento de demandas, galerias de fotos, clipping, manuais, documentos e normas – (maio/2013)

3. Histórico cronológico de Ações:

- 3.1.** Reunião realizada em Recife/PE, no dia 21/06/2012, convocada pelo Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal, que a presidiu, com a participação dos presidentes dos tribunais regionais federais da 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Regiões, com a presença do Juiz Federal da 4ª Região, Dr. Sérgio Tejada, representando a Presidência daquele Tribunal, com os Diretores-Gerais da 1ª e 3ª Regiões, Secretária-Geral do CJF e técnicos das áreas de negócio e de tecnologia da informação de todos os tribunais e CJF. (ata anexa).
- 3.2.** Comunicação, na Sessão do dia 25/6/2012, ao Colegiado do CJF pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal sobre o andamento da implantação do PJ-e na Justiça Federal: *“Na sequência, o Corregedor-Geral da Justiça Federal, Ministro João Otávio de Noronha, pediu a palavra pra noticiar aos demais Conselheiros uma reunião realizada no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife-PE, que contou com a participação dos presidentes dos TRFs, com exceção da Dra. Marga Tessler, Presidente do TRF da 4ª Região, a fim de tratar sobre a implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe, sistema a ser adotado no âmbito do poder Judiciário, a partir de recursos provindos do CNJ, os quais, no caso da Justiça Federal, foram repassados à 5ª Região para possibilitar o desenvolvimento do referido sistema. Após, informou que, na ocasião, ficou decidido que a 5ª Região desenvolverá o PJe, o qual ficará concentrado naquela Região, onde será instalada a fábrica do software para possibilitar o intercâmbio com os demais tribunais, o que evitará a dispersão. Em seguida, assinalou que a tendência, ainda não oficializada, é que a Justiça Federal comece a ter projetos nacionais, ou seja, que uma região desenvolva um projeto que atenda as demais, para que, dessa forma, não ocorra o desenvolvimento de idêntico projeto nos cinco tribunais regionais federais. Dando continuidade, o Ministro registrou a existência de um sistema excelente na 4ª Região que, infelizmente, não pode ser implementado nas outras regiões pelo fato de a implantação do PJe, no âmbito do Poder Judiciário, ser uma decisão do CNJ, onde estão concentrados todos os recursos. Por esse motivo, a 4ª Região fará a migração por último, sem, contudo, isentar-se da sua participação na implementação do PJe da 5ª Região. Prosseguindo, anunciou que, brevemente, em agosto ou em setembro, o PJe já estará sendo implantado também na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. Ao final, relatou que essa foi a conclusão a que os presidentes dos tribunais regionais federais, juntamente com os técnicos de informática, chegaram sobre o assunto, Então, achou pertinente levá-la ao conhecimento do Presidente e dos demais Conselheiros.”.*(ata anexa)
- 3.3.** Reunião realizada nos dias 27 e 28/06/2012, neste Conselho, com os representantes dos tribunais regionais federais das áreas judiciárias e de tecnologia da informação (ata anexa).

- 3.4.** Palavras do Ministro Corregedor-Geral na sessão do Conselho realizada no dia 06 de agosto de 2012. *“Concluídos os assuntos constantes da pauta de julgamento, o Corregedor-Geral da Justiça Federal, Ministro João Otávio de Noronha, pediu a palavra para noticiar aos Conselheiros o andamento da implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe na Justiça Federal, ocasião na qual reafirmou que o PJe já é o sistema processual definido pelo CNJ para ser implementado em todo o Poder Judiciário, devendo-se abolir qualquer resistência em relação à sua adoção na Justiça Federal. Assim, pretende realizar uma nova reunião com representantes do CNJ e do TRF da 5ª Região para esclarecer divergências quanto à versão do sistema a ser implementado pela Justiça Federal. A versão do PJe utilizada pela Justiça do Trabalho, conforme constatado em recente visita ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT e por meio de contatos com membros desse órgão, é a nacional, mantida pelo CNJ. Quanto aos recursos orçamentários a serem disponibilizados pelo CNJ para a implantação do PJe, o Ministro esclareceu, especialmente à Desembargadora Federal Marga Tessler, que o montante de recursos anunciado anteriormente não se confirmou, mas que conseguirá realizar o que precisa ser feito com os recursos que serão liberados, até porque existe uma matriz básica do sistema já desenvolvido. Após, informou que o Centro de Estudos Judiciários promoverá, nos dias 13 e 14 de setembro, um seminário em comemoração aos dez anos dos Juizados Especiais Federais – JEFs, no auditório da Seção Judiciária do Paraná, onde o Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, órgão contratado pelo Conselho para realizar pesquisa sobre o funcionamento dos JEFs, fará uma apresentação sobre o acesso dos jurisdicionados aos JEFs. Ao final, comunicou que todos os Conselheiros serão convidados para o evento com o propósito de discutir a pesquisa realizada”.*
- 3.5.** Reunião por videoconferência, realizada em 13/08/2012, com representantes do CNJ, dos Tribunais Regionais Federais da 2ª e 5ª Regiões e deste CJF (ata anexa).
- 3.6.** Reunião realizada em 22/08/2012 em São Paulo/SP com representantes do CNJ, CJF e dos tribunais regionais federais da 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Regiões (ata anexa).
- 3.7.** Edição da Resolução n. 202, de 29/08/2012.
- 3.8.** Assinatura em 29/8/2012 do Acordo de Cooperação com o Conselho Nacional de Justiça.
- 3.9.** Encaminhamento, em 10/9/2012, dos Ofícios n. 4583, 4633, 4634, 4635, 4636 e cópia da Resolução n. 202, de 2012 aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, bem como solicitação de indicação de um representante para compor o Comitê Gestor do PJe da Justiça Federal, conforme dispõe o parágrafo único do art. 3º da Resolução n. 202/2012.
- 3.10.** Referendum, em 24/09/2012, da Resolução n. 202/2012 (Ata).
- 3.11.** Encaminhamento, em 19/11/2012, aos Presidentes dos Tribunais dos Ofícios n. 6406, 6407, 6408, 6409 e 6410, ao SG deste Conselho e à Secretária da TNU os Memorandos n. CF-MEM-2012/002570 e 2571, solicitando a indicação de 4

servidores, sendo dois da área de TI e dois da área de negócio para participarem de treinamento a ser realizado pelo Conselho Nacional de Justiça;

- 3.12.** Encaminhamento, em 13/12/2012, do Ofício n. CF-OFI-2012/7048 ao TRF da 4ª Região informando que a implantação do PJ-e naquela região só será efetivada após a implementação nas demais regiões da JF e com pleno funcionamento.
- 3.13.** Em 14/12/2012 o Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal indicou o Juiz Federal Paulo Sérgio Domingues para Coordenar o Comitê Gestor do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça Federal – PJ-e e nesta mesma data foi editada a Portaria n. CF-POR-2012/00427.
- 3.14.** Encaminhamento, em 14/12/2012, aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais de cópia da Portaria n. CF-POR-2012/00427, que designa o Comitê Gestor do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça Federal – PJ-e (Ofícios n. CF-OFI/07182, 7183, 7184, 7185 e 7187).
- 3.15.** Realização de reunião presencial do Comitê Gestor, da Comissão Técnica de Negócio e da Comissão Técnica de TI no CJF, no dia 6/02/2013. (Memória de Reunião CJF-MRU-2013/00002).
- 3.16.** Realização de videoconferência para discussão das ações em andamento do PJe, em 4/03/2013. (CJF-MRU-2013/00008).
- 3.17.** Realização de videoconferência da Comissão Técnica de Negócio, em 19/03/2013.(CJF-MRU-2013/00011).
- 3.18.** Realização de videoconferência do Comitê Gestor em 01/04/2013. (CJF/MRU-2013/00021).
- 3.19.** Realização de videoconferência da Comissão Técnica de Negócio, em 10/04/2013.(CJF-MRU-2013/00022).
- 3.20.** Encaminhamento de ofício ao CNJ com a indicação dos representantes da Justiça Federal para o Comitê Nacional do PJe, em 13/04/2013. (CJF-OFI-2012/01492).
- 3.21.** Realização de treinamento prático de codificação do PJe, aos membros da Subcomissão de Desenvolvimento, no período de 15/4 a 3/05/2013, realizado no CNJ.
- 3.22.** Visitas técnicas ao TRF5 e ao TRF2, com a participação do Coordenador do Comitê Gestor, Juiz Federal Paulo Sérgio Domingues, do Juiz Auxiliar do CNJ, Dr. Paulo Cristóvão, do Coordenador da Comissão de TI, André Chiaratto e do Secretário Executivo do projeto, Misael Guerra. As visitas ocorreram nos dias 17 e 20/05/2013, respectivamente.
- 3.23.** Realização de videoconferência da Comissão Técnica de Negócio, em 30/04/2013.(CJF-MRU-2013/00026).
- 3.24.** Treinamento básico JAVA e imersão no CNJ aos membros da Subcomissão de Desenvolvimento, no período de 13 a 22/05/2013.
- 3.25.** Realização de visitas técnicas ao CNJ, TRT e CSJT, com o objetivo de conhecer a experiência de órgãos que já implantaram o PJe, com a participação do Coordenador do Comitê Gestor, Secretaria Executiva, Coordenador da Comissão Técnica de TI e membros da Subcomissão de Desenvolvimento.
- 3.26.** Participação no IV Encontro do Processo Judicial Eletrônico da Justiça Estadual, com apresentação do Coordenador do Comitê Gestor do PJe na Justiça Federal e

- participação da Juíza Federal em auxílio à Corregedoria Geral, Dra Camila Konrath e de representante da Secretaria Executiva, realizado no dia 6/06/2013.
- 3.27.** Realização de reunião presencial dos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais com o Corregedor Geral da Justiça Federal, em 27/05/2013.
 - 3.28.** Realização de treinamento JAVA e imersão no CNJ para os membros da Subcomissão de Desenvolvimento, no período de 3 a 28/06/2013.
 - 3.29.** Realização de videoconferência da Comissão Técnica de Negócio, em 28/05/2013.(CJF-MRU-2013/00041).
 - 3.30.** Realização de videoconferência do Comitê Gestor, em 06/05/2013.(CJF-MRU-2013/00044).
 - 3.31.** Participação de 11 servidores indicados pelos Tribunais em cursos JAVA, básico e avançado, realizado nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, no período de 01/07 a 06/09/2013.
 - 3.32.** Reunião do Comitê Nacional do PJe, no CNJ, com a participação do Coordenador do Comitê Gestor do PJe na Justiça Federal, no dia 3/07/2013.
 - 3.33.** Treinamento avançado JAVA para os membros da Subcomissão de Desenvolvimento, no período de 19 a 23 /08/2013.
 - 3.34.** Indicação do Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli como novo representante da 4ª Região no Comitê Gestor do PJe na Justiça Federal.
 - 3.35.** Realização de videoconferência da Subcomissão de Desenvolvimento, em 30/08/2013.
 - 3.36.** Realização de videoconferência da Subcomissão de Desenvolvimento, em 06/09/2013.
 - 3.37.** Realização de treinamento com usuários do Sistema da TNU e do Comitê Gestor do PJe, em novembro/2013.
 - 3.38.** Realização de Sessão teste do sistema na TNU, em dezembro/2013.
 - 3.39.** Treinamento “Noções de Negócio no Processo Judicial Eletrônico” para as Subcomissões de Parametrização e Apoio à implantação e de Desenvolvimento de TI, em março/2014.
 - 3.40.** Treinamento “Regras de Negócio do Mandado de Segurança no Processo Judicial Eletrônico” para as Subcomissões de Parametrização e Apoio à implantação e de Desenvolvimento de TI, em março/2014.
 - 3.41.** Treinamento “Parametrização do Mandado de Segurança no Processo Judicial Eletrônico” para as Subcomissões de Parametrização e Apoio à implantação e de Desenvolvimento de TI, em maio/2014.
 - 3.42.** Treinamento “Configuração do Processo Judicial Eletrônico para implantação do Mandado de Segurança” para as Subcomissões de Parametrização e Apoio à implantação e de Desenvolvimento de TI, em maio e junho/2014.

Brasília, 19 de maio de 2014.

Misael Guerra Pessoa de Andrade
Secretário de Desenvolvimento Institucional/CJF